ISSN: 2675-7222

SAS
South American Sciences

ASSISTÊNCIA DE ENFERMAGEM A MULHERES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA: DESAFIOS E PERSPECTIVAS NO BRASIL

NURSING CARE FOR WOMEN VICTIMS OF VIOLENCE: CHALLENGES AND PERSPECTIVES IN BRAZIL

https://doi.org/10.63330/sasciencesv6n2-324

Submetido em: 11/11/2026 e Publicado em: 19/11/2026

SAS: e26554

Rayssa Emanuelle Rodrigues Bueno
Enfermeira formada pela Faculdades Integradas da América do Sul (INTEGRA, 2025), com especialização em Docência em Enfermagem pela Faculdade Venda Nova do Imigrante.
E-mail: rayssamader@gmail.com
Lattes: https://lattes.cnpq.br/6038010236648384

Maria Clara Gonçalves
Enfermeira pela Faculdades Integradas da América do Sul.
E-mail: mariaclarag2002@gmail.com

Felipe dos Santos Arruda
Biomédico formado pela Universidade Nove de Julho (UNINOVE, 2012) com especialização em Docência do Ensino Superior pela Faculdade Brasileira de Educação e Cultura (FABEC, 2018) e Hematologia Laboratorial e Clínica (INML, 2026). Mestre em Música pela Escola de Música e Artes Cênicas da Universidade Federal de Goiás (EMAC-UFG, 2014) e Doutor em Medicina Tropical e Saúde Pública pelo Instituto de Patologia Tropical e Saúde Pública da Universidade Federal de Goiás (IPTSP-UFG, 2021).
E-mail: arrudaf@ymail.com
Lattes: https://lattes.cnpq.br/1762915628509968

Resumo

Objetivo: Revisar na literatura a atuação dos enfermeiros frente aos desafios e práticas no atendimento a mulheres vítimas de violência no Brasil, evidenciando a abordagem e o manejo das vítimas e destacando o impacto de políticas públicas. **Métodos:** Trata-se de uma revisão integrativa da literatura com artigos publicados nos últimos 5 anos no idioma de português e inglês. Utilizou-se a pergunta norteadora: Os enfermeiros estão preparados para identificar e prestar atendimento a uma mulher vítima de violência? A pesquisa bibliográfica foi realizada no nas bases de dados PUBMED, BVS e Scielo. Foram analisados 13 estudos que abordam a percepção dos profissionais sobre a VCM, bem como suas dificuldades e intervenções no manejo desses casos. **Resultados:** Revelam carência de capacitação dos profissionais, subnotificação dos casos e fragmentação no atendimento, além disso, as barreiras enfrentadas pelos enfermeiros são agravadas pela falta de preparo durante a formação e pela ineficácia das políticas públicas em alguns contextos, comprometendo a qualidade no atendimento e perpetuando a vulnerabilidade das

mulheres. **Considerações finais:** Recomenda-se a implementação de programas de capacitação contínua para melhorar a abordagem dos casos de violência e garantir um atendimento integral.

Palavras-chave: Assistência de enfermagem; Assistência integral à saúde da mulher; Política pública; Violência contra a mulher.

Abstract

Objective: To review the literature on nurses' work in facing challenges and practices in caring for women victims of violence in Brazil, highlighting the approach and management of victims and emphasizing the impact of public policies. **Methods:** This is an integrative literature review with articles published in the last 5 years in Portuguese and English. The guiding question was: Are nurses prepared to identify and provide care to women victims of violence? The bibliographic research was carried out in the PUBMED, BVS, and Scielo databases. Thirteen studies were analyzed that address professionals' perceptions of VAW (violence against women), as well as their difficulties and interventions in managing these cases. **Results:** They show that professionals are unprepared, cases are underreported, and care is fragmented. In addition, the obstacles faced by nurses are worsened due to the lack of training during their education and the ineffectiveness of public policies in some contexts, compromising the quality of care and increasing women's vulnerability. **Final considerations:** It is recommended to create continuous training programs to improve the handling of violence cases and ensure comprehensive care.

Keywords: Comprehensive women's health care; Nursing care; Public policy; Violence against women.

1 INTRODUÇÃO

Nas útlimas décadas, houve um aumento notável nas pesquisas em saúde, especialmente no que diz respeito à violência, com foco significativo nos casos de violência dirigidos às mulheres, isso se deve à crescente conscientização da magnitude desse problema, o qual tornou-se um sério desafio para a saúde pública, devido à sua alta frequência e às graves repercussões que impõem à saúde física e mental das vítimas da violência. (Coelho, et al., 2014)

A violência contra a mulher representa uma das mais graves violações de direitos humanos, afetando sua vida, saúde e bem-estar físico. (Brasil, 2011) Embora seja um fenômeno global, ainda há limitações quanto a sistematização de informações que expressem sua real extensão, sobretudo em contextos marcados por desigualdades sociais e de gênero. Homens e mulheres sofrem violência de diferentes formas, que segundo a OMS são classificadas em autodirigidas, interpessoais e coletivas. Dentro do contexto de violência interpessoal há uma subdivisão em violência familiar e por parceiro íntimo. (Bhavsar, 2020)

No contexto brasileiro, as desigualdades de gênero impactam de forma significativa o processo saúde-doença das mulheres, que constituem a maior parcela da população e são as principais usuárias do Sistema Único de Saúde. Considerando que as persistentes disparidades de poder entre homens e mulheres têm um grande impacto na saúde, é fundamental levar em conta as questões de gênero para criação de políticas públicas de saúde, dentro desse contexto foi elaborada a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher, que ampliou a compreensão do cuidado ao reconhecer as múltiplas dimensões da saúde feminina ao longo do curso de vida (Arboit, 2019).

Os serviços de saúde, especialmente a Atenção Primária, configuram-se como espaços estratégicos para identificação e acolhimento das mulheres em situação de violência. Nesse cenário, o enfermeiro desempenha papel central no reconhecimento dos casos e na articulação do cuidado. Entretanto, evidências apontam fragilidades na formação e na capacitação desses profissionais. Diante desse contexto, o presente estudo tem como objetivo realizar uma revisão integrativa da literatura sobre a atuação da enfermagem frente à violência contra a mulher, com vistas a subsidiar o exercício profissional nos serviços de saúde, fortalecendo práticas éticas, fundamentadas nos preceitos legais, na educação em saúde e nos princípios da saúde pública.

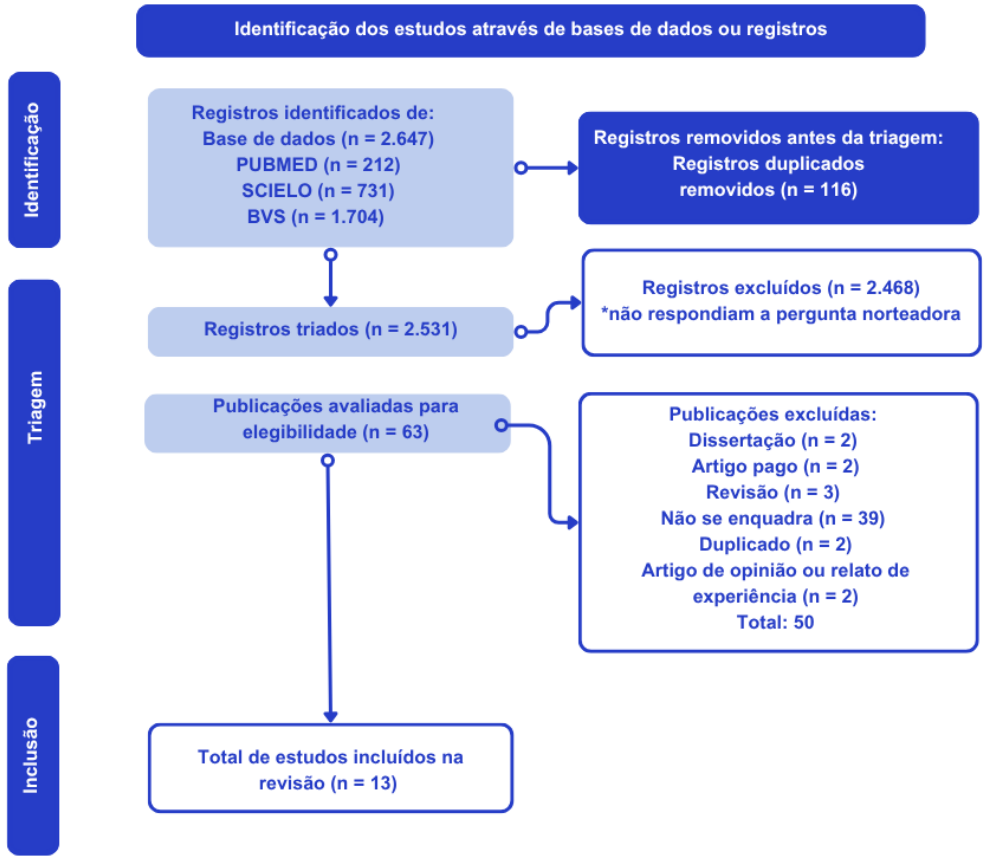
2 METODOLOGIA

Trata-se de uma revisão integrativa da literatura para compreender as dificuldades enfrentadas pelos enfermeiros no atendimento às mulheres vítimas de violência e o impacto das políticas públicas nessa atuação. A coleta de dados foi realizada por meio de ferramentas de busca conforme descrito a seguir.

Após a busca e extração dos arquivos em bases de dados foram analisadas publicações indexadas na MEDLINE (Medical Literature Analysis and Retrieval System Online), consultadas por meio do PUBMED; SCIELO (Scientific Electronic Library Online) e BVS (Biblioteca Virtual em Saúde). Os arquivos foram importados para o software Rayyan, no qual excluiu-se as duplicatas e a análise foi realizada de modo independente por dois pesquisadores. Os arquivos em conflito foram incluídos ou excluídos por um terceiro pesquisador. Como estratégia de busca os descritores usados foram: (“Health Policy” AND “Public Policy” AND “Violence Against Woman”, “Womens's Health Services” AND “Violence Against Woman”, “Minorias Sexuais e de Gênero” AND “Assistência Integral à Saúde das Mulheres” AND “Programa de Ação Integral a Saúde da Mulher”, “Women Working” AND “Battered Women”, “Women's Health” AND “Ethnic Violence”, “Sex Ratio” AND “Sexual and Gender Minorities”, “Papel de gênero” AND “Papel das Mulheres”, “Assistência Integral à Saúde das Mulheres” AND “Programa de Ação Integral à Saúde da Mulher (PAISM)”. Optou-se por não estabelecer restrição de tempo ou período específico para a busca dos estudos, uma vez que a temática em análise — a assistência de enfermagem a mulheres vítimas de violência — envolve aspectos históricos, legais, políticos e socioculturais que evoluíram de forma

gradual ao longo dos anos. Limitar a pesquisa a um recorte temporal poderia excluir publicações relevantes que contribuíram para a construção das políticas públicas atuais e para a compreensão da trajetória da enfermagem nesse contexto. Assim, a inclusão de estudos de diferentes períodos permitiu uma visão mais abrangente e comparativa, contemplando tanto referências históricas e produções científicas mais recentes fundamentais para contextualização do tema permitindo uma visão abrangente da evolução das práticas, desafios e avanços relacionados ao tema. Para selecionar as palavras-chave, foi utilizada a plataforma DECS, Descritores Sociais de Saúde, e como operadores booleanos utilizou-se "AND".

Figura 1 - Fluxograma de inclusão de artigos para revisão.



Fonte: adaptada de Prisma 2020 (Page et al. 2021).

Os arquivos incluídos nesta revisão são artigos completos publicados em inglês e português. Aplicou-se como critério de exclusão os artigos duplicados incompatíveis com a temática, revisão narrativa, relatos de experiência, artigos de opinião e dissertação ou que não respondiam à pergunta norteadora da pesquisa, conforme fluxograma (figura 1).

3 RESULTADOS

A busca identificou 2.647 artigos. Após a seleção por etapas, foram incluídos 13 artigos na revisão (quadro 1). Dentre esses, dez abordam a percepção dos profissionais de saúde sobre o atendimento às mulheres vítimas de violência e a falta de preparo. Entre esses dez artigos, um destaca a perspectiva mútua entre profissionais de saúde e áreas especializadas, enquanto outro relata a percepção dos profissionais em relação à intervenção na prevenção da violência. Além disso, um estudo epidemiológico revela que as notificações do SINAN são menores em comparação com os serviços especializados de defesa da mulher, enquanto que outro artigo discute a falta de investimento e a desvalorização profissional. E por fim, um dos artigos aborda a percepção que a mulher vítima de violência tem sobre os serviços de saúde.

Quadro 1 - Artigos incluídos na revisão integrativa.

N	Título	Autores e ano	Principais resultados
1	Atenção primária à saúde e os serviços especializados de atendimento a mulheres em situação de violência: expectativas e desencontros na voz dos profissionais.	AGUIAR JM, et al. (2023)	Estudo qualitativo com entrevistas em UBS e serviços especializados que evidenciou desencontros na articulação da rede intersetorial, limitações no conhecimento legal dos profissionais da APS e encaminhamentos frequentes para serviços especializados.
2	Revelando desfechos do cuidado com a mulher em situação de violência conjugal.	CARNEIRO JB, et al. (2021a)	Estudo qualitativo fundamentado na Teoria Fundamentada nos Dados que revelou despreparo profissional sentimento de impotência e impacto do modelo de atendimento na manutenção ou enfrentamento da violência conjugal.
3	Condições que interferem no cuidado às mulheres em situação de violência conjugal.	CARNEIRO JB, et al. (2021b)	Estudo qualitativo que identificou ausência de fluxos assistenciais, pressão por produtividade e fragilidade na capacitação profissional como fatores que compromete o cuidado às mulheres em situação de violência conjugal.
4	Modelo teórico-explicativo do cuidado à mulher em situação de violência na Atenção Primária.	CARNEIRO JB, et al. (2022)	Estudo qualitativo que desenvolveu um modelo teórico-explicativo do cuidado à mulher em situação de violência na APS, destacando a importância do vínculo, da capacitação profissional e da articulação intersetorial.
5	Perspectiva dos profissionais da rede intersetorial sobre intervenção educativa para o enfrentamento da violência de gênero.	FORNARI LF, et al. (2023)	Estudo qualitativo, exploratório e descritivo que evidenciou a intervenção educativa como estratégia positiva para qualificar o enfrentamento da violência de gênero, promovendo reflexão, trabalho em equipe e fortalecimento das práticas profissionais.
6	Violência contra mulher: percepções de profissionais da saúde de uma maternidade.	MIRANDA APC, et al. (2021)	Estudo descritivo qualitativo que apontou dificuldades na identificação e notificação da violência, insegurança profissional e valorização do acolhimento como estratégia central no atendimento à mulheres em situação de violência.
7	Percepções de enfermeiros da atenção primaria no atendimento as mulheres vítimas de violência sexual.	MOTA JA, et al. (2020)	Estudo descritivo exploratório que revelou sentimento de frustração e impotência entre enfermeiros da APS, associados à falta de capacitação e à subnotificação de casos de violência sexual.
8	Perceptions of primary health care workers regarding violence against women.	SILVA ASB, et al. (2022)	Estudo qualitativo, exploratório e descritivo que evidenciou limitações na abordagem da violência psicológica, dependência econômica das mulheres e dificuldades dos profissionais da APS na intervenção efetiva.

9	Violência contra mulher e adoecimento mental: Percepções e práticas de profissionais de saúde em um Centro de Atenção Psicossocial.	TEIXEIRA JMS, et al. (2021)	Estudo exploratório qualitativo que identificou a violência contra a mulher como fator associado ao adoecimento mental, destacando a escuta qualificada e o vínculo como estratégias de cuidado no CAPS.
10	Violence against women in Primary Health Care: potentialities and limitations to identification.	ARBOIT J, et al. (2020)	Estudo exploratório, descritivo e qualitativo que evidenciou potencialidades da APS na identificação da violência, como vínculo e longitudinalidade, e limitações relacionadas à abordagem restrita às manifestações físicas.
11	A violência, as mulheres e o estado: dificuldades e estratégias.	FLORES LB, et al. (2022)	Estudo qualitativo exploratório que revelou a precariedade estrutural, sobrecarga emocional e fragilidade das políticas públicas como entraves ao enfrentamento da violência contra as mulheres.
12	Women fear the law more than abusers: a study pf public trust in health and legal response to violence against women in Santo André, São Paulo State, Brazil.	EVANS DP, et al. (2020)	Estudo qualitativo que evidenciou a baixa confiança das mulheres nos sistemas de saúde e justiça, associada ao medo de retaliação, à percepção de ineficácia das leis e as experiências negativas no atendimento.
13	Utilização de banco de dados policiais como perspectiva para redução do sub-registro da violência contra mulheres.	BORDONI PHC, et al. (2023)	Estudo epidemiológico transversal que identificou sub-registro da violência contra mulheres no SINAN, apontando a integração com dados policiais como estratégia para ampliar a visibilidade dos casos.

Fonte: Elaboração própria (2026).

4 DISCUSSÃO

Os resultados deste estudo evidenciam que o atendimento às mulheres em situação de violência permanece marcado por fragilidades na capacitação dos enfermeiros, insegurança profissional e dificuldades na articulação da rede de atenção, comprometendo a integralidade do cuidado. Essas limitações atravessam tanto a prática assistencial quanto a efetivação das políticas públicas, refletindo-se em abordagens fragmentadas e, por vezes, pouco resolutivas.

Essas fragilidades dialogam com os achados de Carneiro et al. (2021a; 2021b), que apontam lacunas na formação acadêmica e na educação permanente dos profissionais de enfermagem. Segundo os autores, a abordagem insuficiente do tema durante a graduação, associada à ausência de capacitações específicas nos serviços de saúde, contribui para a insegurança profissional, o medo de abordar a temática e as dificuldades de comunicação com as mulheres em situação de violência.

A magnitude da violência contra a mulher, evidenciada nos achados do presente estudo, encontra respaldo na literature, que demonstra que mulheres podem ser vítimas de violência em todas as fases da vida, sendo frequentemente perpetrada por parceiros íntimos ou familiares (Marye e Atav, 2022). Estima-se que uma em cada três mulheres, a partir dos 15 anos, sofra violência física e/ou sexual ao longa da vida, com variações entre países relacionadas às desigualdades de gênero presentes nas normas sociais, legislações e acesso a recursos (Öhman, 2020).

A violência doméstica e familiar configura-se como uma das principais causas de óbitos violentos de mulheres no mundo (Bianchini, et al., 2024). No Brasil, em 2019, foram registrados 3.737 feminicídios correspondendo a uma taxa de 3,5 mortes por 100 mil mulheres. Observa-se que, fora do domicílio, predominam os homicídios por armas de fogo, enquanto no ambiente doméstico são mais frequentes armas brancas e objetos disponíveis no local, refletindo a escalada de conflitos interpessoais (Ipea, 2021).

Nesse contexto, a violência doméstica e familiar contra a mulher emerge como expressão de relações patriarcais historicamente naturalizadas, sustentadas pela tentativa de manutenção do controle masculino sobre os papéis de gênero. As transformações sociais decorrentes das conquistas femininas contribuíram para a intensificação de estratégias violentas como forma de reafirmação de poder e dominação (Essy, 2017).

A perspectiva das mulheres vítimas de violência revela baixa confiança nos serviços de saúde e nos mecanismos legais de proteção, associada ao medo de retaliação e à percepção de ineficácia das leis (Evans, et al., 2020). Embora a Lei de Nº 11.340/2006, conhecida como Lei Maria da Penha, represente um marco no enfrentamento da violência contra a mulher, sendo reconhecida internacionalmente como uma das legislações mais avançadas, sua efetividade depende da atuação articulada dos serviços e do conhecimento dos profissionais acerca de seus dispositivos (Lisboa, e Zucco, 2022; Nothaft e Lisboa, 2021).

O presente estudo também evidencia que o contexto de atuação dos enfermeiros é atravessado por sobrecarga de trabalho, fragilidade estrutural dos serviços e escasses de efetividade de políticas públicas de apoio profissional (Flores, et al., 2022). Esses fatores impactam negativamente a qualidade da assistência e dificultam a efetivação das diretrizes previstas em políticas públicas como a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher (PNAISM), que amplia a compreensão do cuidado ao superar a abordagem restrita ao ciclo reprodutivo. O conceito de integralidade reforça a mulher como sujeito de direitos, considerando suas múltiplas dimensões ao longo do curso de vida (Souto e Moreira, 2021).

Mulheres que sofreram violência, física, sexual ou emocional apresentam maior suscetibilidade ao adoecimento e ao desenvolvimento de agravos à saúde (Alshammari KF, et al., 2018). Nesse sentido, a Atenção Primária à Saúde (APS) é reconhecida como o principal porta de entrada para o acolhimento dessas mulheres, favorecendo o vínculo, a identificação precoce e o desenvolvimento de ações de promoção, prevenção e cuidado integral (Silva e Ribeiro 2020).

O enfermeiro, frenquentemente o primeiro profissional a estabelecer contato com a mulher em situação de violência, desempenha papel fundamental no reconhecimento, acolhimento e encaminhamento dos casos. Contudo, a literatura aponta insegurança profissional relacionada à falta de preparo, ao medo de ofender a vítima, às dificuldades de comunicação e à carência de intervenções efetivas (Silva, et al., 2018).

Nesse contexto, as intervenções educativas e a capacitação permentente emergem como estratégias fundamentais para qualificar a atuação dos enfermeiros e fortalecer o enfrentamento da violência contra a

mulher. Ações formativas contribuem para ampliar a compreensão do fenômeno, reduzir inseguranças e favorecer práticas humanizadas, integradas e comprometidas com a proteção das mulheres em situação de violência (Alshammari, et al., 2018).

5 CONCLUSÃO E CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo evidenciou que a principal dificuldade enfrentada pelos enfermeiros no atendimento às mulheres vítimas de violência está relacionada à insuficiente capacitação durante a graduação e na formação continuada, resultando em insegurança profissional e fragilidades na identificação e condução dos casos. A ausência de conhecimento sobre legislações e políticas públicas contribui para a fragmentação do cuidado, ampliando a vulnerabilidade das mulheres ao transitarem entre os serviços. Diante disso, reforça-se que a violência contra a mulher deve ser tratada como prioridade no âmbito da saúde, sendo imprescindível o investimento em capacitação profissional para assegurar um atendimento integral, seguro e comprometido com a dignidade e a proteção das mulheres.

REFERÊNCIAS

1. ARBOIT J, et al. Violence against women in Primary Health Care: potentialities and limitations to identification. **Aten Primaria**. 2019; 52(1):14-21.

2. AGUIAR JM, et al. Atenção primária à saúde e os serviços especializados de atendimento a mulheres em situação se violência: expectativas e desencontros na voz dos profissionais. **Saúde e sociedade**. 2023; 2(1):e220266pt.

3. ALSHAMMARI KF, et al. Nurse education and understending related to domestic violence and abuse agaist women: An interrogative review of the literature. **Nursing Open** 2018; 5: 237-253.

4. BHAVSAR V, et al. Public policy, mental health and a public health approach to violence. **Int J Soc Psychiatry**. 2020; 66(7):629-32.

5. BIANCHINI A, BAZZO M, CHAKIAN S. **Crimes contra mulheres**. 6ª ed. Salvador: Editora JusPodivm; 2024.

6. BORDONI PHC, et al. Utilização de banco de dados policiais como perspectiva para redução do sub-registro da violência contra mulheres. **REME**. 2023; 27:e-1502.

7. BRASIL. Secretaria especial de políticas para as mulheres. **Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres**. Brasília; 2011.

8. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programática Estratégicas. **Política nacional de atenção integral à saúde da mulher**: princípios e diretrizes. Brasília: Ministério da Saúde; 2004.

9. BRASIL. **Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006**. Lei Maria da Penha [Internet]. Brasília, DF: Presidência República; 2006

10. CARNEIRO, et al. Revelando desfechos do cuidado com a mulher em situação de violência conjugal. **Acta Paulista de Enfermagem**. 2021; 34:eAPE001555.

11. CARNEIRO JB, et al. Condições que interferem no cuidado às mulheres em situação de violência conjugal. **Escola Anna Nery revista de enfermagem**.

12. CARNEIRO JB, et al. Modelo teórico-explicativo do cuidado à mulher em situação de violência na Atenção Primária. **Texto & contexto enfermagem** / UFSC. 2022; 31:e20200639.

13. COELHO EBS, et al. **Violência**: definições e tipologias: atenção a homens e mulheres em situação de violência por parceiros íntimos. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina; 2014. 32 p.

14. EVANS DP, et al. Women fear the law more than abusers": a study of public trust in health and legal response to violence against women in Santo André, São Paulo State, Brazil. **Cad Saude Publica**. 2020;36(10):e00114019.

15. ESSY DB. A evolução histórica da violência contra a mulher no cenário brasileiro: do patriarcado à busca pela efetivação dos direitos humanos femininos. Conteúdo Jurídico. 2017 Jul 26. Disponível em: https://conteudojuridico.com.br/consulta/Artigos/50534/a-evolucao-historica-da violencia-contra-a-mulher-no-cenario-brasileiro-do-patriarcado-a-busca-pela-efetivacao-dos direitos-humanos-femininos. Acesso em: 10 nov. 2026.

16. FLORES LB, et al. A violência, as mulheres e o estado: dificuldades e estratégias. **Arq Bras Psicol**. 2022; 73(2):67-82.

17. FORNARI LF, FONSECA RMGS. Perspectiva dos profissionais da rede intersetorial sobre intervenção educativa para o enfrentamento da violência de gênero. **Escola Anna Nery revista de enfermagem**. 2023; 27:e20220317.

18. INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). Atlas da Violência 2021. Rio de Janeiro: **IPEA**; 2021. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/ Acesso em: 10 nov. 2026.

19. LISBOA TK, ZUCCO LP. Os 15 anos de Lei Maria da Penha. **Rev Estud Fem** 2022; 30(2) e86982.

20. MARYE S, ATAV S. Global policies to reduce pandemic intensified violence against women. **Public Health Nurs**. 2022; 39(6):1300-1307.

21. MIRANDA APC, et al. Violência contra a mulher: percepções de profissionais da saúde de uma maternidade. **REME**. 2021; 25:e-1390.

22. MOTA JA, AGUIAR RS. Percepções de enfermeiros da atenção primária no atendimento ás mulheres ví-timas de violência sexual. **Nursing Edição Brasileira**. 2020: 23(262), 3648–3651.

23. NOTHAFT RJ, LISBOA TK. As intervenções com autores de violência doméstica e familiar no Brasil e suas relações com a Lei Maria da Penha. **Cad Pagu** 2021:e216119.

24. ÖHMAN A, et al. 'The public health turn on violence against women': analysing Swedish healthcare law, public health and gender-equality policies. **BMC Public Health** 2020; 20:753.

25. PAGE, MJ. et al. A declaração PRISMA 2020: diretriz atualizada para relatar revisões sistemáticas. Epidemiol. Serv. **Saúde**, Brasília, 2022; v. 31, n.2, e2022107.

26. SOUTO K, MOREIRA MR. Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher: protagonismo do movimento de mulheres. **Saúde Em Debate** 2021;45:832–46.

27. SILVA ASB, et al. Perceptions of primary health care workers regarding violence against women. **Rev Esc Enferm USP**. 2022; 56:e20210097.

28. SILVA CD, et al. Representação da violência doméstica contra a mulher: comparação entre discentes de enfermagem. **Rev Gaúcha Enferm** 2018;39:e63935.

29. SILVA VG, RIBEIRO PM. Violência contra as mulheres na prática de enfermeiras da atenção primária à saúde. **Esc Anna Nery** 2020;24:e20190371.

30. TEIXEIRA JMS, PAIVA SP, Violência contra a mulher e adoecimento mental: Percepções e práticas de profissionais de saúde em um Centro de Atenção Psicossocial. **Physis**. 2021;31(2):e310214.